



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

**37ª CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**  
**18ª CT DE GESTÃO TERRITORIAL E BIOMAS**  
**REUNIÃO CONJUNTA**  
**Sala 601, Centro de Treinamento do Ibama.**

**Setor de Autarquias Sul – SAS, Quadra 5, Bloco “H”.**

**Brasília/DF, 07 de novembro de 2007**

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**14O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Pessoal, nós vamos dar início, já chegou o Márcio do Ministério do Planejamento, agradeço a presença dele, quero já reiterar as desculpas aqui da Secretaria de Apoio ao CONAMA. Nós trabalhamos todas as reuniões de Câmara Técnica durante pelo menos 20 dias, acertando com o presidente de cada Câmara e com cada um dos Conselheiros membros para poder assegurar o quorum, mas infelizmente, em algumas situações têm ocorrido esses atrasos. Nós acertamos com os dois presidentes das Câmaras de Assuntos Jurídicos e de Gestão Territorial e Biomas, que a gente vai dar início agora, com a apresentação do representante do Governo do Estado do Acre, até quero dar boas-vindas aqui ao Dr. Eufra, ao Secretário acompanhado de uma comitiva importante do Estado do Acre, vem apresentar o zoneamento, a gente vai assistir a apresentação e em seguida fazemos o intervalo para almoço para poder retornamos após o almoço com uma apresentação dos pareceres do Ministério do Meio Ambiente e da Comissão de Zoneamento e em seguida o debate das duas Câmaras. Tudo vai ter que ser feito com muita brevidade porque a Câmara de Assuntos Jurídicos tem outra pauta ainda no dia de hoje. Então, quero convidar os presidentes, a Andréa, para assumir aqui a mesa, o Dr. Marcílio.

**27A SRª. ANDRÉA VULCANIS (MMA)** – Bom dia a todos. Eu queria convidar os membros Conselheiros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para compor a mesa, se bem que vai haver uma apresentação. Talvez seja mais confortável ficarmos na platéia, também vou para lá.

**31O SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre)** – Bom dia a todos. Meu nome é Eufra, sou da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre, está aqui a Dra Márcia, Sub-Procuradora Geral do Estado, Magali, que é Coordenadora Técnica do Zoneamento e o Adriano que é técnico lá da Secretaria de Meio Ambiente. Nós preparamos uma apresentação de uma hora, dado o adiantado, vou tentar fazer em pelo menos 45 minutos, mas é um esforço para mostrar um trabalho de 5 anos que foi construído no Estado. Então, a gente vai tentar falar em uma hora um esforço que foi de uma construção de um processo participativo do zoneamento do Estado, mais de 300 técnicos trabalharam nesse processo. Então, é um esforço muito grande para a gente construir um instrumento de gestão territorial. O Estado do Acre, nós dizemos que nós somos o Estado da florestania da Amazônia Brasileira, hoje nós falamos, ao invés de falar de cidadania, falamos de florestania. Nós, cidadãos da floresta, estamos no meio da floresta em busca de desenvolvimento sustentável. O zoneamento é o instrumento que vai permitir a gente avançar nessa busca. Nós somos o portão da Amazônia Ocidental, fazemos parte do arco do desmatamento, estamos no final do arco do desmatamento, que começa lá no sul do Pará, nós ocupamos 1.9% do território nacional e 4% da Amazônia brasileira. Somos a base da integração do Brasil com o Peru, via rodovia trans-oceânica, através do porto de Ilo. e o grande desafio nosso é buscar alternativas sustentáveis que garantam o uso, a consolidação das áreas já desmatadas e a manutenção da cobertura florestal que nós temos, ou seja, que eu consiga ter a manutenção desse ativo florestal. Hoje nós temos 11% do Estado desmatado, ou seja, a área de uso agrícola, agropecuária. A maior parte desse desmatamento está concentrado na Região Sudeste, no entorno da capital do Estado, que é Rio Branco. 80% do desmatamento aí está concentrado. Hoje o Estado tem uma condição de ativo florestal, nas outras regiões e no Sudeste Acreano a gente tem condição de passivo, em alguns municípios eu já tenho mais desmatamento que a legislação permite. Então, o zoneamento vem a ser uma ferramenta para permitir a consolidação desse uso e realmente ter alternativas de gestão territorial. A história do zoneamento do Estado é uma história longa. Em 1999, o então governador Jorge Viana criou o programa estadual de Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre, naquela época criou a Comissão Estadual de Zoneamento, que é a instância máxima de deliberação e definição de diretrizes do ZEE, que é formada por 8 Câmaras Temáticas e ali todos os atores que trabalham com gestão do território estão representados. Tem uma Câmara Pública Estadual de Trabalhadores, Empresarial, a Pública Federal, Indígena, Sociedade Civil, de outras esferas governamentais e a Câmara de Pesquisa, 34 instituições estão aí representadas. Em 99, quando criou o programa, o governador deu um prazo que em um ano se tivesse terminado a primeira fase do zoneamento. Em 2000, nós lançamos o zoneamento fase 1, na escala de 1 para 1 milhão e na verdade esse zoneamento foi uma junção de mais de 15 anos de dados que estavam dispersos e se trabalhou numa escala de 1

60para 1 milhão, mas já permitiu vislumbrar informações que estavam dispersas e agora fazer uma série de análises  
61integradas. Na primeira fase nós tivemos dois eixos de trabalho, recursos naturais e sócio-economia, e tivemos, ao  
62invés de ter um mapa de gestão, pela escala de informação que a gente tinha, achamos melhor não ter mapa de  
63gestão, mas uma série de mapas e indicativos, indicativo para a pequena produção, indicativo para a produção  
64pecuária, indicativo para produção florestal, indicativo para criação de novas reservas extrativistas, sem ter um mapa  
65síntese. Na segunda fase do zoneamento, que é o tema dessa reunião, nós trabalhamos com 3 eixos agora: recursos  
66naturais, sócio-economia e o eixo que nós chamamos de cultural-político, ou seja, inserimos no processo do  
67zoneamento o saber tradicional, a sabedoria popular, a visão do professor, a visão do pecuarista, a visão do índio, do  
68seringueiro dentro do seu contexto de uso da terra, uso do território. E também não trabalhamos só uma escala, um  
69nível de trabalho, nós trabalhamos um mapa de gestão territorial, que é o mapa síntese, nós fizemos o zoneamento  
70em terras indígenas, com uma escala de mais detalhe, então o zoneamento, apesar de estar sendo trabalhado numa  
71escala de 1 para 250 mil, trabalhamos zoneamento em terras indígenas numa escala de 1 para 50 mil, ou seja, uma  
72escala de maior detalhe. Trabalhamos também os zoneamentos municipais, estamos fechando o zoneamento de Rio  
73Branco, que é a capital do Estado, estamos fechando também o zoneamento do município de Brasília, numa escala  
74de maior detalhe. E a gente tinha, na segunda fase, 6 grandes diretrizes, primeiro, o zoneamento precisava estar  
75embasado nos princípios de desenvolvimento sustentável, isso é o crítico; precisava ser pragmático, nós  
76precisávamos ter estudos que fossem necessários e relevantes para o objetivo de se construir um mapa de gestão.  
77Ninguém queria ter uma série, uma lista de estudos e no final ter estudos que a gente não pudesse ter incorporado na  
78base do zoneamento. Valorizar as nossas diferenças enquanto uso da floresta, enquanto Estado que tem como  
79política a base e a produção florestal, mas para isso também consolidar a área já desmatada; integrar a subjetividade,  
80integrar a percepção das pessoas com relação ao uso de seu município. Essa era uma diretriz. Ser participativo em  
81todas as suas fases, desde a definição da sua metodologia, até a construção do mapa e ser consistente, acima de  
82tudo ser um instrumento técnico. Para isso nós tivemos reuniões em cada Câmara da Comissão Estadual do  
83Zoneamento para discutir a metodologia, cada Câmara foi discutida a metodologia, incorporadas as recomendações  
84para ter uma metodologia que também fosse participativa. E a gente tem os níveis, como eu tinha falado  
85anteriormente, tem o nível macro, onde nós vimos todo o Estado, construímos o mapa de gestão. O nível meso, que  
86são alguns municípios, Rio Branco e do outro lado Brasília, numa escala de 1 para 100 mil já como parte da  
87consolidação dos estudos do zoneamento, já numa escala de maior detalhe e o nível micro local, quando se trabalha o  
88zoneamento de terras indígenas. Simplificadamente nós tivemos um eixo de recursos naturais, o eixo do cultural-  
89político e o eixo do sócio-econômico, tudo isso se traduz no mapa de gestão, integrando essas informações. Nós  
90tivemos um problema adicional com relação à construção desse mapa que o Acre incorporou um milhão e cem mil  
91hectares do Estado do Amazonas, que era uma área que a gente não tinha estudado na primeira fase. Isso fez com  
92que a gente tivesse um trabalho adicional para construir. Também houve um rearranjo dos limites municipais. Em  
93preto estão os limites oficiais atuais e em vermelho os limites antigos, foi feito um arranjo em função dos limites  
94naturais. Como a gente tem uma base sócio-econômica amarrada ao limite do município, isso precisou ser ajustado. A  
95gente tem 6 grandes temas de recursos naturais: solos, geomorfologia, a parte de relevo, vegetação, geologia,  
96material de origem, nós inserimos o tema biodiversidade no âmbito do zoneamento e tudo isso trabalhado em nível de  
97bacia hidrográfica, que seria nossa unidade de planejamento. Aqui é um exemplo, um mapa geológico, geomorfologia,  
98as partes mais claras são as mais altas. A gente tem a idéia de trabalhar geomorfologia porque a gente tem diferentes  
99paisagens, poder ter um processo de planejamento no nível local, então o zoneamento contribui para isso. A gente  
100tem, a nível local, variabilidade no relevo, isso dá condições, implicações de uso diferenciado quando precisarmos ter  
101esse nível de conhecimento. Vegetação, fizemos um trabalho de tipologias florestais para conhecer as tipologias e o  
102seu potencial também e sua vulnerabilidade, pedologia, nós fizemos um mapa de solos também detalhado,  
103detalhando também o nível de cada ordem, como ocorria, quais seriam as implicações em termos de potencial.  
104Feições de biodiversidade, a gente levantou, coletou todos os estudo que tinham feito e ainda fez algumas coletas a  
105mais. Hoje nós temos cerca de 17 mil pontos de coleta de flora num banco de dados sistematizado, 8 mil e 800 pontos  
106de coletas de fauna, então, sabe exatamente onde estão problemas de coleta, onde estão as nossas lacunas e onde a  
107gente tem informações suficientes para conhecer a biodiversidade. Integramos a informação de solos, geologia,  
108geomorfologia e vegetação, construímos um mapa de vulnerabilidade ambiental, permite conhecer onde são as áreas  
109mais frágeis e onde são as mais estáveis. Se construiu o que a gente chamou de Unidade de Paisagem Biofísica, que  
110seriam pequenas porções do território que têm condições semelhantes de solos, geomorfologia, uso e na primeira  
111fase nós tínhamos 94 UPBs, na segunda fase passamos a 1445 UPBs, ou seja, em função do detalhamento da  
112escala, você consegue ter um limite de planejamento muito mais detalhado. Aqui é a visão do mapa de UPBs, o  
113Estado tem uma diversidade grande dessas unidades de paisagem. Nos estudos da sócio-economia, basicamente  
114teve alguns eixos, a parte econômica, de infra-estrutura pública produtiva, de produção florestal, produção  
115agropecuária, estudos específicos de população e condições de vida dessa população e apesar da gente estar  
116trabalhando numa escala de 1 para 250 mil, nós fizemos alguns estudos com relação às cidades, que demandaria  
117uma escala mais detalhada, mas para agrupar as cidades já numa hierarquia de bacias. Aqui um exemplo com  
118relação à alteração territorial. No mapa de cima tem a configuração dos municípios em 99, e aqui no mapa  
119intermediário, como nós tínhamos a configuração dos municípios em 2006. Embaixo a gente pode ver os municípios  
120que, em vermelho, perderam território, em verde ganharam território tanto em função dessa incorporação da linha

121como do rearranjo dos limites municipais. Nós temos uma floresta que é densamente povoada. Então, ribeirinhos,  
122seringueiros, índios, extrativistas vivem, o que a gente fez? Fez o mapeamento dos núcleos populacionais das  
123comunidades. Então, você tem uma distribuição, cada pontinho desse é um núcleo populacional e a gente tem a  
124localização dessas comunidades. Na primeira fase nós tínhamos mapeado próximo de 100, na segunda fase nós  
125chegamos próximo de 700 e a gente continua fazendo esse mapeamento, hoje nós temos 1700 dessas comunidades  
126mapeadas no Estado. Aqui é o mapa de distribuição populacional, a maior parte da população está concentrada em  
127Rio Branco, há um incremento da população da primeira fase do zoneamento para a segunda fase. A gente também  
128fez uma análise da cobertura florestal, aqui é a relação de área de floresta por município, em vermelho é a área  
129desmatada, em verde é área de floresta. Alguns municípios, como os dois primeiros lá, já têm mais área desmatada  
130do que área de floresta. A gente tem crítico o trabalho de resolução do passivo, consolidação das áreas já  
131desmatadas. Para entender o desmatamento, nós fizemos análises por município, aqui é o exemplo do Plácido de  
132Castro, um daqueles municípios que tem mais de 50% de desmatamento, de 88 até 2004. O Governo do Estado  
133também trabalhou uma evolução do desmatamento, numa escala local, que a gente pudesse perceber qual é a  
134dinâmica do nosso desmatamento. Trabalhamos nesse projeto com várias parcerias, uma delas foi o IBGE que  
135trabalhou um estudo específico sobre uso da terra, caracterizando a cobertura com a relação sócio-econômica. A  
136gente precisava também, tivemos parceria com a Universidade de Viçosa, aqui um exemplo de trabalho de evolução  
137de cobertura do solo. Aqui é o Município de Capixaba, desmatamento em 1975, desmatamento em 1996, cobertura do  
138solo em 2004, ou seja, cobertura do solo eu consigo ver onde estão os açudes, onde estão as pastagens, onde estão  
139as áreas agrícolas e consigo ter um detalhamento em nível de propriedade, em nível de detalhamento no município.  
140Hoje no Estado da área desmatada, 82% é pastagem, o segundo maior uso é capoeira, floresta secundária. Como a  
141gente tem uma agricultura que é migratória, o agricultor derruba, usa aquela área, abandona por 3, 4 anos, vira uma  
142capoeira e depois derruba de novo. Então, tem esse ciclo de agricultura migratória. Também tem essa análise por  
143município. Aqui são alguns estudos como produtos, se a nossa base de produção é florestal, a gente também  
144trabalhou especificamente alguns produtos importantes para a economia do Estado, aqui o exemplo é a castanha,  
145média de produção por árvore. Então, a produção de castanha está restrita ao sudeste acreano. Outros produtos,  
146como borracha, também que além de ter o mapeamento da produção, nós fizemos um trabalho de avaliar a evolução  
147dessa produção de borracha. Hoje o Estado vai estar inaugurando até o final do ano uma fábrica de preservativo  
148masculino, essa produção de borracha, de látex está sendo potencializada via a reserva extrativista, já numa cadeia  
149produtiva. Também estudos específicos em terras indígenas, aqui levantando questões de prioridade para  
150regularização das terras indígenas, levantando a situação atual e que alternativas nós teríamos para regularizar essas  
151terras. Hoje no Estado são 34 terras distribuídas em 11 municípios, com cerca de 12 mil índios. Aqui a distribuição do  
152PIB municipal, a grande concentração do PIB é serviço, seguido por agropecuária e indústria. Distribuição do ICMS,  
153você tem dois pólos, Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Interessante que durante esse processo de construção do  
154zoneamento, também vem o processo de consolidação de várias políticas voltadas para valorização da floresta e  
155consolidação da área desmatada. Esse gráfico mostra alguns resultados disso. Em 90, o nosso rebanho bovino era  
156mais ou menos 400 mil cabeças. Em 2003, nós temos cerca de 1 milhão e 900 mil cabeças, aumentamos quase em  
157fator de 5 e o desmatamento você tem um ritmo continuado, ou seja, isso foi conseguido graças ao que? Nós  
158aumentamos a nossa capacidade de suporte em função de aumento de tecnologia, melhor manejo de pastagem,  
159incorporação de novas espécies, isso fez com que o nosso rebanho aumentasse sem ter um impacto direto na  
160floresta, uma pressão direta sobre a floresta. Analisando a primeira para a segunda fase, nós aumentamos nossas  
161Unidades de Conservação em cerca de 100%, dobramos o número de Unidades de Conservação, essa é uma política  
162de ocupação do Estado, trabalhando com Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as terras indígenas tiveram  
163incremento de 3% e os projetos de assentamento em torno de 24%. Agora, projeto de assentamento de cunho  
164diferenciado, aqui a gente está falando de projeto de assentamento extrativista, projeto de assentamento florestal e  
165projeto de desenvolvimento sustentável, que são modalidades que o INCRA tem voltadas para o contexto amazônico.  
166Aqui é a distribuição da nossa situação fundiária. E o eixo cultural político que basicamente nós queremos entender  
167cultura, queremos entender qual era a nossa diversidade cultural, queremos entender qual é o nível de gestão nos  
168municípios e nas áreas protegidas em assentamentos e das próprias ONGs, qual era a percepção social com relação  
169aos problemas de água, desmatamento, produção, o asfaltamento da BR-364, a questão de solos e a questão até de  
170conflitos. E aí nós entenderíamos as demandas sociais. Esse trabalho nos municípios, nós fomos em todos os  
171municípios, são 22 municípios que o Estado tem, levantando, trabalhado em cada município o que a gente chamou de  
172representante e representado, a gente pegava a professora e o Secretário de Educação, de forma que nós tivéssemos  
173um espelho com relação àquela área que a gente está avaliando e aí levantava os problemas e a comunidade  
174também trabalhava a solução daqueles problemas. Aqui é uma idéia, qual é o nível de problema que nós temos com  
175relação à produtividade do solo? Quanto mais escuro o nível, maior. Aqui a produtividade é baixa e a gente levantava.  
176Com relação a água, a gente tem aqui a visão dos representantes e a visão dos representados. Parece que a gente  
177tem mapas que são totalmente diferentes, mas são percepções diferenciadas. Então, nós fazíamos uma síntese e  
178tínhamos uma hierarquia de qual município realmente a gente tem maior demanda, o problema de água na percepção  
179da comunidade é relevante. Trabalhamos também o levantamento com relação a sítios arqueológicos, lá nos temos o  
180geoglifos, que são desenhos no solo, mapeamos a densidade, aqui é um exemplo desses geoglifos, mais de 100 hoje  
181estão mapeados no Estado. Levantamos a questão de gestão nos municípios, números de serviços informatizados,

182quais eram as leis específicas que tinham de gestão, com relação a Conselho Municipal, de forma que nós  
183pudéssemos ter uma visão de qual é o potencial de gestão de cada município. Aqui é um dado interessante que é a  
184origem das pessoas residentes. Em verde são pessoas que vivem no Acre que são acreanas. Então, o Acre  
185efetivamente a gente fala que é dos Acreanos, a maioria das pessoas que vivem lá são filhos de Acreanos e vivem lá.  
186Terminado todos os estudos, nós estávamos prontos para começar a construir o mapa de gestão territorial e tinha  
187algumas orientações estratégicas, primeiro, nós devíamos consolidar a fronteira aberta, ou seja, a área já desmatada  
188de forma a dar maior produtividade, contribuir para a conservação da floresta, à medida que a gente consolida o que  
189já está desmatado evita a pressão sobre a área ainda não desmatada e recuperando áreas degradadas, tanto de  
190floresta secundária quanto de pastagem. Daqueles 82% de pastagem, pelo menos a metade ou está degradada ou  
191está em via de degradação. São áreas que podem ser reincorporadas ao processo produtivo. Sem isso, você tem  
192necessidade de desmatar nenhum hectare. Então, nós tínhamos que consolidar, a linha em preto de Leste à Oeste é a  
193BR-364, que está sendo asfaltada, descendo é a BR-317, são os dois eixos de integração do Estado que já é uma  
194ocupação desde a década de 70, são grandes fazendas, projetos de assentamento já em processo de consolidação. E  
195nós deveríamos viabilizar novas propostas de desenvolvimento, baseado em economia florestal, tendo atividades  
196agropecuárias que sejam efetivamente sustentáveis, tendo uma participação ativa das comunidades e ter parcerias  
197também com o setor privado, ou seja, o esforço do uso sustentável é um esforço de todos, governo, comunidade,  
198sociedade civil e mercado também. Nós tínhamos que trabalhar também uma gestão territorial de áreas já zoneadas.  
199As Unidades de Conservação que estão sendo criadas, os projetos de assentamento, tudo isso foi incorporado no  
200nosso processo de detalhamento para construir o mapa de gestão. Hoje 50% do território do Acre são áreas  
201protegidas. Desses 50%, 10% são unidades de proteção integral, 14% são terras indígenas e 26% são Unidades de  
202Conservação de Uso Sustentável, aí são reserva extrativista, floresta nacional e floresta estadual e 12% do Estado  
203são ocupados por assentamentos rurais. Ou seja, isso são áreas que têm gestão específica, são áreas que já estão  
204ocupadas, isso foi incorporado também no nosso mapa de gestão. Aí, distribuição das Unidades de Conservação no  
205Estado. Distribuição das terras indígenas, distribuição dos assentamentos, basicamente no eixo da 364 e 317. Aí  
206também permitia a gente fazer algumas análises integradas. Aqui as colunas representam o desmatamento por  
207regional, aqui nesse mapa você tem a distribuição das regionais, a gente tem 5 regionais de desenvolvimento, cada  
208regional tem um grupo de municípios, a barra em verde é a área de floresta e em vermelho a área desmatada. A área  
209desmatada está concentrada no alto e baixo Acre, baixo Acre é que tem efetivamente um ativo considerável, 37% do  
210desmatamento e nas outras regionais você ainda está com uma situação do ativo. Então, você tem uma má  
211distribuição do desmatamento. Essas são áreas que a gente precisa efetivamente, com o zoneamento, estar  
212trabalhando e estar verticalizando. No Acre nós trabalhamos um processo de classificação de solo diferenciado, a  
213gente geralmente tem aptidão agrícola, lá nós trabalhamos aptidão agroflorestal, já que a nossa vocação é trabalhar  
214com pequena produção, com base em práticas agroflorestais, não trabalhamos o mapa de aptidão agroflorestal,  
215trabalhamos isso na primeira fase e também na segunda fase. Um outro problema que nós tínhamos é com relação,  
216desses 82% que são pastagem, mais de 90% é braquiara brizanta e essa pastagem tem problema quando submetido  
217ao excesso de pastoreio e excesso de humidade, há uma morte, há uma síndrome que está acontecendo na região  
218amazônica. Então, nós mapeamos isso justamente para evitar o plantio dessa gramínea em áreas que fossem inaptas  
219e também para permitir a reincorporação de áreas que potencialmente iriam ter essa síndrome acontecendo. Também  
220trabalhamos qual era o potencial florestal em termos de madeira e também em termos de vários produtos não  
221madeireiros, aqui o exemplo é o açaí, sabendo onde a gente tinha maior potencial. Consideramos da primeira fase as  
222propostas de criação de novos assentamento, o Estado do Acre tem um Plano Estadual de Reforma Agrária,  
223construído conjuntamente com o INCRA, as demandas para criação de Unidades de Conservação tanto da  
224comunidade quanto em termos de potencial do ZEE Fase 1, as demandas sociais, já oriundas das consultas locais lá  
225do eixo cultural-político. Quais eram as demandas daquelas comunidades, da associação, para criação de novas  
226unidades. Levantamos também os conflitos fundiários de madeireiro com posseiro, posseiro com produtor rural, isso  
227foi levantado, e construímos o mapa de gestão, mas aí, como nós construímos o mapa de gestão, precisávamos fazer  
228um outro passo que era consultar agora a população, consultar os atores que ali vivem se realmente a gente tem uma  
229adequação desse mapa de gestão. Ao invés de lançar o mapa de gestão definitivo, nós lançamos o mapa de gestão  
230que nós chamamos de preliminar e submetemos esse mapa de gestão a uma consulta pública. E aí nós fizemos, em  
231março de 2006, o lançamento desse mapa de gestão e submetemos a uma consulta pública, não só no âmbito da  
232comissão, mas de todos os atores que estavam envolvidos com a gestão do território. E foram incorporadas várias  
233sugestões, de novo voltamos para os conselhos, aí Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, não  
234só na Comissão Estadual, mas passamos no Conselho de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente, passamos no  
235Conselho de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável e no Conselho Estadual de Floresta. Então, foi discutido  
236no âmbito de 3 conselhos dentro do Estado, além da Comissão Estadual coordenadora. No dia 5 de junho o  
237governador sanciona a Lei do Zoneamento, agora já incorporando o último processo de discussão. E aí nós temos  
238agora o mapa de gestão que é esse mapa de gestão que está sendo apresentado. Nós temos uma zona que é a zona  
2391, que é a zona de consolidação de sistemas de produção sustentáveis e essa zona 1 foi subdividida em função dos  
240atores que ali vivem. Tem pequeno produtor situado em projeto de assentamento do INCRA, então a gente tem uma  
241sub-zona 1.1 e a sub-divisão dessa sub-zona foi em função da aptidão agroflorestal. Se a gente está falando que é  
242produção familiar, nós tínhamos que ter uma base de estratificação e na aptidão florestal nós definimos desde a área

243 onde é possível um uso mais intensivo até áreas que deveriam ser recuperadas e as áreas destinadas a manejo  
244 florestal de baixo impacto. No outro lado nós temos pequenos, médios e grandes produtores, fora dos assentamentos  
245 e a gente usou a parte de vulnerabilidade, os indicadores sócio-econômicos com relação a infra-estrutura e a unidade  
246 de paisagem do eixo cultural-político, qual era a percepção daquela comunidade com relação àquele território e  
247 também se trabalhou em unidade de manejo. Todo o excedente dentro da zona 1 que tivesse cobertura florestal foi  
248 indicado para produção florestal, produção florestal trabalhando aquele potencial florestal que nós tínhamos levantado  
249 lá, tanto potencial florestal em termos de madeira como potencial florestal em termos de produtos não madeireiros.  
250 Então, essa é a estratificação que nós trabalhamos. Zona 1, consolidação de produção sustentável, 3 sub-zonas:  
251 produção familiar em projeto de assentamento, produção agropecuária e produção florestal, que é o remanescente  
252 florestal dessa área de consolidação. Na zona 3 estão aquelas áreas de uso sustentável dos recursos naturais e  
253 proteção ambiental, as áreas de proteção integral já criadas, florestas nacionais estaduais, as reservas extrativistas,  
254 as terras indígenas e as APAs. Além disso, nós inserimos aqui os projetos de assentamento diferenciados porque têm  
255 uma forma de gestão diferenciada, então, foram inseridos nessa zona. Na zona 3 são aquelas áreas prioritárias para  
256 ordenamento territorial. Nós tínhamos demandas para criação de unidades de conservação, mas não sabíamos  
257 exatamente qual era o limite, precisa ter um avanço com relação a estudos, com relação à situação fundiária. Então,  
258 criou-se uma sub-zona de área com a situação fundiária indefinida e uma sub-zona específica para produção  
259 ribeirinha. Como mostrei para vocês anteriormente naquela outra lâmina, você tem uma concentração de  
260 comunidades no eixo dos grandes rios. Então, tem uma produção, uma comunidade que ocupa essas áreas de longa  
261 data, precisa ter estratégias de gestão para essas áreas. Criou-se uma sub-zona de áreas ribeirinhas. Na zona 4, que  
262 são as cidades do Acre, nós sub-dividimos em sub-zonas, mas agrupadas mais ou menos por contexto geográfico.  
263 Então, cidade dos altos rios, cidades do médio Juruá até a capital do Acre, ficou Rio Branco, por uma condição  
264 peculiar, ficou numa sub-zona específica. A zona 1 ocupa cerca de 25% do Estado. Aí a gente tem a distribuição da  
265 sub-zona 1.1, produção familiar em projeto de assentamento em pólos agroflorestais, sub-zona 1.2 que é da produção  
266 agropecuária e sub-zona 1.3, produção florestal. Aí em termos de percentual, a maior parte é floresta, 56% dessa  
267 zona é floresta, 27% é produção familiar em projeto de assentamento e 16% da produção agropecuária. A zona 2  
268 ocupa cerca de 50% do Estado. Essa é a distribuição da ocupação da zona 2, aí a distribuição em termos de  
269 ocupação, a maior parte é ocupada por Reserva Extrativista, seguida por terras indígenas e depois as florestas  
270 nacionais e florestas estaduais. Os projetos de assentamento diferenciados ocupam cerca de 6% dessa zona. As  
271 áreas prioritárias para ordenamento territorial ocupam próximo de 26% do Estado, a maior parte, cerca de 90%, são  
272 áreas com ordenamento definido, são aquelas áreas que têm demandas, mas a gente não sabe exatamente qual o  
273 limite dessas demandas: "Ah, tenho uma demanda para criação da Unidade de Conservação, tem uma demanda para  
274 criação de um projeto de assentamento". Então, precisa ter um estudo específico fundiário aqui e a sub-zona ribeirinha  
275 que ocupa 10% dessa zona. Essa é a ocupação do território em laranja. As cidades do Acre, que é a nossa zona 4, a  
276 distribuição é por tanto vocação, mas também por bacia, então, cidades dos altos rios, cidades dos médios rios. A  
277 área urbana do Estado representa 0.16% do território, então, as áreas urbanas são muito pequenas. Desse 0.16%,  
278 82% é ocupada pela capital do Estado. Aí a gente tem a distribuição das zonas, zona 1, 24.7%, zona 2 49%, zona 3  
279 26.2% e a zona 4, 0,2%, que é a área urbanizada do Estado. Como se tem um mapa numa escala de 1 para 250 mil,  
280 a gente fez um mapa síntese numa escala de 1 para 800 mil para permitir a divulgação, mas tem cartas temáticas  
281 numa escala de 1 para 250 mil. Então, o Estado foi dividido em 16 cartas que são um detalhamento do mapa de  
282 gestão, estratificação do mapa de gestão no território. Aqui é um exemplo de uma carta, tem a legenda descritiva,  
283 indicação das áreas, não dá para ver ali, mas tem uma coluna dentro da zona 3, tem pequenos círculos onde indicam  
284 onde que tem demandas, então, a gente já sabe, aqui tem uma demanda para criação da Unidade de Conservação.  
285 Aí é o mapa completo, o mapa síntese que a gente fez numa escala de 1 para 800 mil. Com o zoneamento pronto, a  
286 lei sancionada, nós começamos agora o maior desafio que a implementação do zoneamento para que ele  
287 efetivamente seja usado na tomada de decisão, para as negociações democráticas entre órgãos governamentais,  
288 setor privado e sociedade civil sobre todas aquelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.  
289 Esse é o grande desafio agora. E aí tem a Lei do Zoneamento, que está em discussão e foi quando o governador  
290 sancionou, basicamente tem disposições preliminares, princípios, objetivo, descreve as zonas e as sub-zonas,  
291 estabelece um sistema de coordenação, monitoramento, avaliação e difusão, cria o ISMAC, que é um Indicador de  
292 Sustentabilidade dos Municípios do Acre, indicador que permite monitorar se realmente está sendo incorporada as  
293 diretrizes do zoneamento, na lei já cria um Programa Estadual de Fomento Florestal e Recuperação de Áreas  
294 Alteradas e Degradadas, isso já foi levantado no âmbito dos estudos, tinha que ter esse programa e um Programa  
295 Estadual de Licenciamento e Regularização do Passivo Ambiental. Dois grandes programas são criados já na Lei do  
296 Zoneamento. Essa é a distribuição de indicadores de sustentabilidade que envolve variáveis de infra-estrutura,  
297 demografia, intensidade de uso, aspectos sociais, econômicos, de ocupação e posse e uso da terra, aqui a gente tem  
298 o nosso marco zero, com indicadores para a situação antes da implementação do zoneamento e com a  
299 implementação. Então, isso pode ser monitorado ano a ano. Uma preocupação nossa também foi a ampla divulgação  
300 dos produtos do zoneamento, não faria sentido a gente terminar um estudo tão denso e ter um único produto. Nós  
301 fizemos um documento síntese que é uma grande síntese de todos os estudos do zoneamento de forma que nós  
302 tivéssemos um produto que condensasse todos os estudos. Esse é o nosso produto principal. Mas também nós  
303 tivemos estudos específicos e nós vamos trabalhar o que chamamos de cadernos temáticos, publicação direcionada a

304 pesquisadores, professores já específico sobre temas relevantes, por exemplo, metodologia de construção do ZEE, o  
305 Estado do Acre foi o único a adotar o eixo cultural-político, foi o único a trabalhar a questão da biodiversidade,  
306 trabalhou uma série de metodologias diferenciadas, a questão da participação. Isso precisa estar detalhado para que  
307 outros estados e países possam se apropriar dessa metodologia. Temas como biodiversidade, desmatamento e  
308 queimadas, vulnerabilidade ambiental, parte de gestão ambiental, condições de vida e o nosso indicador de  
309 sustentabilidade, aspectos de agricultura e pecuária e outros cadernos, ao todo vão ser 20 cadernos que vão ser  
310 trabalhados. A gente precisava chegar na criança, então, nós criamos o Zeézinho. É uma criança que fala do  
311 zoneamento para outras crianças. Nós criamos jogos ambientais. As atividades lúdicas estão sendo trabalhadas com  
312 crianças para repassar o conhecimento do zoneamento. Além disso, nós tivemos produtos do etno-zoneamento, o  
313 zoneamento que é realizado com a própria comunidade indígena que aqui, por exemplo, o mapa onde eles fazem a  
314 questão do extrativismo, onde estão seus pontos de caçadas e tudo isso é integrado num plano de manejo, num mapa  
315 de gestão indígena onde eles trabalham a gestão do seu território. Também não valeria a pena nós termos uma série  
316 de informações, um SIG sistematizado e isso ficasse nas mãos de técnicos que trabalham com o sistema de  
317 informações geográficas. Então, nós trabalhamos o Sistema de Informações Geográficas para não especialistas, ou  
318 seja, o gestor público, o prefeito, o estudante vai poder trabalhar com os mapas do zoneamento. A gente está fazendo  
319 isso em parceria com o IBGE, aqui é mais ou menos uma amostra como vai ser. Tem lá o Estado do Acre, vai ter  
320 todas as camadas de informação que nós trabalhamos no zoneamento. Então, nós queremos ver os solos do Acre, vai  
321 estar lá e posso construir os meus mapas interativamente e fazer análise, sobreposição. “Quero cruzar aqui com  
322 distribuição da população”. É um sistema intuitivo, fácil, está sendo trabalhado junto com o IBGE de forma que nós  
323 possamos também divulgar o uso dos produtos temáticos. Outra preocupação é com relação ao ensino desse  
324 conhecimento que foi construído nos 5 anos, com relação ao repasse. Nós trabalhamos com a Universidade de  
325 Viçosa, com o professor Mauro Resende que trabalha o método aristocrático de ensinar, aprender perguntando.  
326 Então, trabalhamos questões ambientais do Estado com uma série de perguntas destinadas a professoras de primeiro  
327 e segundo grau para trabalhar questões do zoneamento. Aqui, por exemplo, é uma prancheta trabalhando a questão  
328 na época que o Rio Amazonas corria ao contrário, quando a gente tinha lá o lago Amazonas e as professoras  
329 trabalham essas questões nos seus currículos. Esse é o zoneamento do município de Brasiléia, já o próximo passo do  
330 zoneamento, estamos trabalhando aqui numa escala de 1 para 250 mil, mas no município numa escala de 1 para 100  
331 mil, ou seja, muito mais detalhe você já começa a internalizar as nossas diretrizes. Aqui é alguns exemplos para vocês  
332 de influência nas políticas públicas com o resultado do ZEE nas ações institucionais. Na fase 1 o zoneamento já  
333 subsidiou projetos estratégicos, o Programa de Desenvolvimento Estratégico do Acre do BID, que ainda está em  
334 execução, o Programa de Apoio às Populações Indígenas do Acre, do BNDES, o Projeto de Gestão Ambiental  
335 Integrada, nós fizemos a elaboração do programa Estadual de Reforma Agrária junto com o INCRA, a partir da base  
336 do zoneamento, regularizamos algumas terras indígenas já em função dos estudos da primeira fase, criamos a Lei  
337 Estadual de Floresta, criamos a Unidade de Conservação de Proteção Integral o Parque Estadual do Chandless, que  
338 é mais de 500 mil hectares, criamos reserva extrativista do Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade,  
339 criamos florestas estaduais e criação da Lei Estadual que estabelece a política de Recursos Hídricos e outras políticas  
340 implementadas, essas foram as mais relevantes da primeira fase. Na lei do ZEE já foram inseridos dois programas  
341 prioritários considerando toda essa base de informação. O primeiro, o Programa Estadual de Licenciamento e  
342 Regularização do Passivo Ambiental. Como nós vimos que a base fundiária precisava ser detalhada, a base aqui vai  
343 ser o cadastro georeferenciado das áreas, nós precisamos conhecer qual é a distribuição dessas áreas. Estamos  
344 trabalhando também o licenciamento das propriedades e posses rurais, trabalhando para que a gente possa conhecer  
345 as propriedades e estabelecer o licenciamento de uso dessas propriedades. Nós temos um programa específico para,  
346 dentro desse programa, uma ação para regularizar o passivo ambiental. Na zona 1 está se propondo redução do  
347 percentual de reserva legal para 50%, para fins de recomposição, como forma de trabalhar a regularização desse  
348 passivo e as alternativas de regularização vão ser trabalhadas. O governador, no ato da criação, quando sancionou a  
349 lei, criou um Grupo de Trabalho também interinstitucional que envolvia representante dos grandes produtores, dos  
350 pequenos produtores para discutir a regulamentação dessa lei e implementar uma série de políticas de incentivos  
351 fiscais, econômicos e financeiros ao manejo florestal. No GT do passivo, como foi um tema prioritário para o  
352 zoneamento, o governador, quando assina o decreto, já cria um Grupo de Trabalho e através da portaria da SEMA a  
353 gente delegou a essa Comissão para elaborar a proposta de regularização do passivo ambiental das propriedades  
354 rurais do Estado do Acre. Aí envolve órgãos governamentais e associações da sociedade civil organizada. Aí é a  
355 questão, onde a gente pode, como a gente tem um marco de 2000, o que a gente pode compensar e o que vai ser  
356 recuperado, isso foi trabalhado. Como a gente tem evolução, o Estado se preocupou em fazer a evolução do  
357 desmatamento para saber exatamente qual é a origem daquele desmatamento, até que ano foi feito aquele  
358 desmatamento, numa escala de detalhe. Um dado também para a gente interessante, até 98 nós tínhamos o maior  
359 desmatamento concentrado na área de produção agropecuária, lá onde estão prioritariamente médios e grandes. A  
360 partir de 99, nós temos uma inversão, o desmatamento hoje se concentra em pequenos polígonos dentro da sub-zona  
361 1.1, da produção familiar em projeto de assentamento. Então, o crítico para a gente são as pequenas propriedades,  
362 então, a gente precisa ter uma ação diferenciada para esses produtores. Parte dessas políticas vem culminar com a  
363 redução paulatina da taxa anual de desmatamento nos últimos 3 anos, que acompanha a redução em todos os  
364 Estados da Amazônia. Em todos os municípios com mapeamento do uso da terra, da cobertura do solo, nós podemos

365saber, por exemplo, onde estão as capoeiras, onde estão as florestas secundárias. Se essa floresta secundária está  
366numa área que é vulnerável, ela deveria continuar como floresta secundária para ser recuperada e incorporada no  
367termo, no Programa de Recuperação do Passivo daquele produtor. Se for uma área que é produtiva, está sobre um  
368solo que suporta um uso mais agressivo, ela deveria ser reincorporada ao processo produtivo. O outro programa é o  
369Programa Estadual de Fomento Florestal e Recuperação de Áreas Alteradas ou Degradadas, o osso nosso crítico lá.  
370Se daqueles 80% pelo menos a metade está degradado ou em vias de degradação, nós precisamos ter um programa  
371específico para isso, onde o gente está mapeando essas áreas, tendo fomento ao reflorestamento, trabalhar agora o  
372cultivo de árvores também, incorporar isso tanto na pequena como média e grande produção, fomentar a inclusão de  
373áreas alteradas e degradadas ao processo produtivo, o Estado do Acre já começou agora um programa de  
374mecanização para incorporar essas áreas, apoiar os acesso aos insumos, equipamentos agrícolas, e tal e ter uma  
375assistência técnica específica para esse programa, uma assistência técnica já diferenciada em nível de pequeno,  
376médio e grande produtor. Aí como tem a vulnerabilidade, nós sabemos tanto as áreas que estão degradadas como  
377aquelas possíveis de serem degradadas em função da vulnerabilidade ambiental. Interessante é que o Governo do  
378Estado incorpora o zoneamento como parte, como a sua ferramenta de gestão do território, esse é o mapa estratégico  
379do Governo na gestão 2007/2010, do Governador Binho Marques onde a nossa visão de futuro é que o Acre vai ser o  
380melhor lugar pra se viver na Amazônia em 2010. Para isso a gente tem como eixo integrador o desenvolvimento  
381sustentável, essa é a base. Para isso que a gente tem um processo de fortalecimento da comunidade,  
382empoderamento da comunidade a partir da participação e o levantamento das suas demandas e dos seus potenciais,  
383a gente tem 4 áreas de atuação, desde ações básicas, inclusão social, desenvolvimento econômico, infra-estrutura e  
384são os eixos do Governo que trabalham em 4 linhas, primeiro: garantir serviços públicos básicos de qualidade para  
385todos; fortalecer o setor privado com economia limpa, justa e competitiva e promover o empoderamento das  
386comunidades. Se a gente olhar esse mapa de outra forma, a gente vai ver a importância do zoneamento para o  
387Estado. Nós tínhamos, numa primeira fase, o zoneamento na escala de 1 para 1 milhão, que já ajudou a propor uma  
388série de políticas, nós estamos trabalhando o zoneamento fase 2 na escala de 1 para 250 mil, mas já estamos  
389trabalhando os ordenamentos territoriais locais numa escala de 1 para 100 mil, os etnozoneamento numa escala de 1  
390para 50 mil, trabalhando junto com o INCRA os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos numa escala de 1  
391para 50 mil e agora nós estamos trabalhando os PDCs, que é o Plano de Desenvolvimento Comunitário, trabalhando  
392com a comunidade numa escala de 1 para 10 mil ou numa escala de 1 para 1, onde a comunidade vive sabendo como  
393ela vai fazer a gestão do seu território. Lá a gente tem dois tipos de comunidade, uma comunidade que é dispersa,  
394que tem uma casa ou duas casas, você anda 2, 3 horas para encontrar outra casa, 2, 3 horas para encontrar outra  
395casa, ou uma comunidade concentrada como, por exemplo, na margem de um rio. Então, tenho lá 10, 20, até 100  
396casas na margem do rio. A forma de trabalhar com essa ou com aquela é diferenciada. Se a gente sabe onde elas  
397estão e qual é a característica, é muito fácil de se chegar nessas comunidades. Aqui é um exemplo de uma  
398comunidade concentrada, tem um grupo de casas. Aqui é uma idéia da comunidade dispersa, tem uma casa aqui e  
399você não vê outra casa por aí, vai estar fora da foto. Aí é a distribuição das comunidades. Já além do zoneamento,  
400nós tínhamos mapeado 700, avançamos no mapeamento, já estamos em 1.900 comunidades dessas mepeadas e  
401caracterizadas, e a gente tem agora uma estratégia de gestão do Governo. Tem o zoneamento, o ordenamento  
402territorial local, as zonas especiais de desenvolvimento, onde já tem investimento de infra-estrutura, construção de  
403estradas, das fábricas de taco, a fábrica de preservativo masculino e aí você tem uma série de infra-estruturas já  
404alocadas e você tem uma ação do Governo de consolidação dessas áreas e as ZAPs, que são as Zonas de  
405Atendimento Prioritários, são aquelas áreas de comunidade onde precisa fortalecer tanto o capital social como  
406estratégia de manejo daquele território. De forma que em todo o trabalho a gente tenha a inclusão da diversidade  
407cultural, todo o trabalho do zoneamento é inserir aquele seringueiro, do ribeirinho, do índio, do pecuarista e de todos  
408que ali trabalham. Dessa forma, o Acre assume uma série de compromissos com a sustentabilidade, primeiro  
409compromisso com as futuras gerações, o compromisso de preservação daqueles ambientes frágeis, participação  
410popular e co-responsabilidade, vou vendo aqui as prefeituras e as comunidades locais e principalmente o  
411compromisso com aqueles que estão em situação de pobreza, inclusão social dessas pessoas. Bem, em linhas gerais  
412era isso, a gente fez uma versão mais rápida, mas é uma pequena mostra do que foi esse trabalho de 5 anos de  
413zoneamento e essa é uma ferramenta que tem uma importância estratégica para o Estado, por isso a nossa ânsia de  
414falar do projeto e falar da estratégia de trabalho e é um trabalho que foi um trabalho participativo, que envolveu a  
415consulta a todos os atores que ali trabalham, além de ter as consultas formais no âmbito dos conselhos e no âmbito  
416das instituições que aqui trabalham. Obrigado. (Palmas!)

417

418A **SRª. ANDRÉA VULCANIS (MMA)** – Eu agradeço a apresentação que foi bastante ilustrativa para todos nós.  
419Conforme combinado anteriormente, faremos uma interrupção para o almoço e voltaremos às 14 horas.

420

421

**(Intervalo para o almoço)**

422

423O **SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Boa tarde a todos. Vamos dar continuidade aos trabalhos  
424sobre ZEE do estado do Acre. Teremos agora o coordenador de programa do ZEE do Ministério do Meio Ambiente, o  
425Estevão Del Prette, que vai fazer uma síntese do parecer do Ministério a respeito do ZEE.

**427O SR. ESTEVÃO DEL PRETTE (ZEE)** – Boa tarde a todos. Eu trabalho lá no programa Zoneamento Ecológico  
428Econômico, sou o coordenador do programa, que é um programa nacional, que tem a missão e a responsabilidade de  
429apoiar e implementar o Zoneamento Ecológico Econômico no território nacional e fazer as articulações das ações do  
430Governo Federal em termos de Zoneamento Ecológico Econômico com aquilo que é produzido com os estados e  
431demais órgãos executores. Hoje há Zoneamento Ecológico Econômico sendo desenvolvido no nível federal, por vários  
432órgãos federais, em regiões específicas, como a bacia do São Francisco, como a bacia do Parnaíba, como a área de  
433influência da BR 163 e também projetos de responsabilidade dos estados. Todos os estados do País têm de alguma  
434forma produtos e projetos sendo desenvolvidos. Um das nossas missões é implantar ou ajudar a implantar nos  
435estados uma gestão territorial, estruturar uma gestão territorial. Nesse sentido, do ponto de vista da normatização e da  
436formalização disso no nível federal, nós ainda estamos num processo inicial. O primeiro deles foi o de Rondônia e  
437agora o segundo, o do estado do Acre. Apenas para contextualizar também, nós estamos fazendo uma experiência  
438desses procedimentos, desses processos, uma vez que a legislação em vigor coloca apenas alguns parâmetros. E aí  
439todo o ritual de procedimentos nós estamos desenvolvendo justamente nessas experiências de Rondônia e Acre e  
440tudo isso será experiência acumulada a ser utilizada nos outros procedimentos que os estados, os demais estados da  
441Federação, procurarem ao convalidar o seu sentido Zoneamento Ecológico Econômico. Convalidar no sentido, que é  
442também uma coisa que precisa ficar clara, para fins de política federal. Os estados têm completa autonomia para  
443executar os seus projetos e realizar os seus trabalhos e suas legislações específicas de Zoneamento Ecológico  
444Econômico, apenas que para fins de política federal há necessidade de reconhecimento. Isso é expresso na questão  
445da reserva legal, firmemente colocado na questão da reserva legal, mas cada vez mais também em outros  
446procedimentos que vimos desenvolvendo, como a articulação do Zoneamento Ecológico Econômico com outros  
447instrumentos de política pública, como o licenciamento ambiental, como instrumentos econômicos de apoio e  
448financiamento à produção e vários outros instrumentos técnicos de planejamento e de instrumentos econômicos. É o  
449caso também do Seguro Agrícola, do Financiamento à Produção Agrícola, do casamento entre Zoneamento Ecológico  
450Econômico e zoneamento de risco climático, que é uma experiência no caso da Amazônia Legal muito interessante,  
451cujo primeiro beneficiário foi Rondônia e agora o Acre poderá ter acesso a esse tipo específico de política pública. A  
452legislação diz que o pleito dos estados para fins da recomposição da reserva legal no caso do art. 16 do Código  
453Florestal é ouvir o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura e o CONAMA. No processo, o Ministério  
454da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente levou este pleito de que a audiência seja convalidada no âmbito da  
455Comissão Coordenadora de Zoneamento. Então, o Ministério do Meio Ambiente realiza um parecer, isso é aprovado  
456na Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico, e nesse sentido o parecer do Ministério do Meio  
457Ambiente passa a ser convalidado também por mais doze ministérios. Obviamente a aprovação do Ministério da  
458Agricultura também foi realizada no âmbito da Comissão Coordenadora do Zoneamento, mas, por força legal, ele deve  
459tramitar também lá no Ministério da Agricultura. Então, o parecer do Ministério da Agricultura, está para chegar aqui o  
460processo. Já foi dado e hoje deu entrada no Ministério do Meio Ambiente, e o processo está sendo encaminhado para  
461cá, também fica à disposição dos senhores. Nós já vamos colocar como protocolado já ao CONAMA. Ele foi aprovado  
462na Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico, que é coordenada pelo Ministério do Meio  
463Ambiente. A ata anexada ao processo é uma minuta, por enquanto, porque pelo ritual a aprovação da ata se dá na  
464reunião seguinte e a reunião seguinte será dia 9, sexta-feira, o que nós, assim que tivermos também a ata, estará  
465anexada ao processo. Além disso, nós solicitamos um parecer de um dos membros do Consórcio ZEE Brasil.  
466Consórcio ZEE Brasil é uma reunião de instituições públicas que estão sob a coordenação do programa Zoneamento  
467Ecológico Econômico e que é o braço técnico, vamos dizer assim, da coordenação nacional. Formado por 14, 15  
468instituições públicas federais, fazendo parte o IBAMA, a ANA, a EMBRAPA, o IBGE, a CPRM, o INPE, o INPA. Eu não  
469vou lembrar todos aqui, mas... O INCRA, mais recentemente a Petrobrás, a CODEVASF. Enfim, são órgãos que se  
470compartilham, que se juntaram, para compartilhar ações de Zoneamento Ecológico Econômico no nível federal, e ao  
471mesmo tempo supervisionar a execução técnica e apoiar também as demais entidades que executam o Zoneamento  
472Ecológico Econômico na realização dos seus projetos. Nesse sentido, tem um parecer anexado ao processo, da  
473CPRM, que é o Serviço Geológico do Brasil, que faz algumas recomendações e algumas sugestões... Específico  
474sobre recursos... Sobre levantamentos específicos de recursos minerais, a serem realizados numa fase posterior de  
475maior detalhe do Zoneamento Ecológico Econômico do Acre, quando chegar na fase já de realização dos municípios,  
476mas que em nada obsta o mérito ou o que foi produzido até o momento. Do nosso parecer do Ministério do Meio  
477Ambiente, que foi apresentado na Comissão de Zoneamento também, foram realizadas observações por parte dos  
478membros da comissão, no nível mais geral indagando sobre as funções e as relações do Zoneamento Ecológico  
479Econômico com as demais políticas públicas. Não fizeram questionamento de fundo ou questionamentos que  
480inviabilizassem a aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico na comissão, por isso foi aprovado por aclamação.  
481Bom, o parecer realizado... Eu fiz um parecer aqui, eu não vou ler, obviamente, por completo. São 15 páginas. Eu vou  
482direto para a conclusão, porque nós fazemos esse parecer em função das diretrizes que o programa tem para a  
483realização do Zoneamento Ecológico Econômico. E essas diretrizes estabelecem critérios e esses critérios foram  
484amplamente debatidos com os vários órgãos do Consórcio ZEE Brasil. Foram discutidos com os estados ao longo de  
485inúmeros eventos, seminários e também com representantes da sociedade civil. E aí saíram pelo menos alguns  
486critérios básicos, aos quais eu vou direto ao ponto aqui, em termos de conclusão lá no item 5.1 afirma que o ZEE do

487Acre atende aos requisitos técnicos operacionais estabelecidos pelas diretrizes metodológicas da Coordenação  
488Nacional do Consórcio ZEE Brasil, e tais critérios são os seguintes: compatibilidade metodológica, sob o ponto de  
489vista da compatibilidade metodológica do que foi executado no estado com aquelas realizadas pelo Governo Federal  
490ou colocadas como diretrizes. Sob o aspecto geral, os produtos apresentados estão em consonância com os  
491procedimentos técnicos adotados pela coordenação, comprovado, inclusive através de estreita colaboração das  
492equipes estaduais na elaboração do Mapa Integrado dos ZEEs dos Estados da Amazônia Legal. Foi o primeiro  
493produto em nível macro-regional, e que eventuais procedimentos operacionais específicos elaborados pela equipe do  
494Acre não inviabilizam tal compatibilidade metodológica, porque boa parte da metodologia é aberta no sentido de que  
495cada estado também desenvolva produtos a partir das suas peculiaridades. E no caso do Acre há uma contribuição  
496significativa de alguns aspectos metodológicos como desenvolvimentos da questão cultural dentro do Zoneamento  
497Ecológico Econômico. Então, para além de ser um zoneamento ambiental *stricto sensu* ou de recursos naturais *stricto*  
498*sensu* ele é uma peça de planejamento central, de planejamento porque ele abrange os aspectos econômicos, sociais  
499e culturais. Um outro quesito é o acesso facilitado às bases de informação para os vários usuários. Então, a base de  
500informações do ZEE do Acre é acessível mediante solicitação ao órgão responsável, o IMAC, e seus produtos finais  
501estão na página do Governo do Acre, sem restrições de acesso. Um outro critério é a ampla divulgação em linguagem  
502simples para entendimento dos diversos usuários. Então, os documentos produzidos estão em linguagem acessível  
503aos diversos usuários, tendo sido gerado, inclusive, cartilhas, jogos folderes, sumários, destinados ao público em  
504geral, e numa linguagem acessível, principalmente aquele que não é iniciado tecnicamente. Então, foi traduzido para  
505uma linguagem que não é hermética. Um outro aspecto é a abertura à participação da sociedade civil. A participação  
506da sociedade civil ocorreu por meio de entidades representativas de grupos ambientalistas, associações de classe,  
507sindicatos, entre outras. No processo, então, está também anexado a institucionalização e aprovação disso por órgãos  
508que participam das comissões estaduais que estiveram presentes ao longo do tempo, pelas audiências públicas.  
509Então, tem cópias dessas atas com assinaturas dos responsáveis. Tudo isso foi anexado ao processo. Por fim, mas  
510não por último, a articulação dos resultados do projeto aos instrumentos de política pública e de gestão territorial.  
511Então, o ZEE do Acre conseguiu um enraizamento ímpar do planejamento de políticas públicas, tornando-se o cerne  
512da gestão territorial e do ordenamento no estado. Então, a peça do trabalho, o resultado do Zoneamento Ecológico  
513Econômico, vai além de uma peça técnica, através dessa discussão com a sociedade e com ampla abertura à  
514participação. Então, ele passa a ser incorporado ao sistema de planejamento do estado. Não exclusivamente ao  
515sistema ambiental, mas ao sistema de planejamento amplo, no amplo sentido. E isso, ele passa a ter um  
516relacionamento mais maduro e mais equitativo com os outros instrumentos de política pública. Por fim, sobre os  
517aspectos técnicos e político-institucionais mencionados acima, o ZEE do Acre é de relevante interesse para a gestão  
518do território, com significativa influência nas políticas públicas estaduais, tendo plenas condições também de ser uma  
519referência para as políticas federais, sobretudo, aquelas cujas ações têm repercussões no território regional da  
520Amazônia. Este é o parecer do seu aspecto final. No seu conteúdo, ele descreve novamente e relata sobre a divisão  
521do estado em zonas e sub-zonas e quais as diretrizes específicas para cada zona. Obviamente a apresentação do  
522secretário cobriu esse aspecto aqui na exposição. Bom, sobre o aspecto inicial é isso. Eu fico à disposição dos  
523senhores para as observações, indagações. Muito obrigado.

524

525 **SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Nós agradecemos ao Estevão pelas explicações, mas eu  
526queria fazer um comentário. Esses pareceres, eu pelo menos não recebia. Eu acho que não foram disponibilizados  
527esses pareceres e nós ficamos numa situação... Foram disponibilizados esses pareceres? Como é que foi  
528disponibilizado se o da Agricultura ele está dizendo que colocaram no processo hoje? O do Ministério do Meio  
529Ambiente e o da Agricultura foram colocados agora.

530

531 **SR. ESTEVÃO DEL PRETTE (ZEE)** – O parecer do Ministério do Meio Ambiente aprovado na Comissão  
532Coordenadora do Zoneamento e o parecer da CPRM, que é do Consórcio ZEE Brasil, estão anexadas ao processo  
533que foi encaminhado ao CONAMA. O que foi incluído agora, que está chegando hoje, obviamente nós podemos ter  
534acesso aqui, é o parecer do Ministério da Agricultura, mas o processo está disponível para o CONAMA desde que saiu  
535da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico.

536

537 **SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Eu gostaria de convidar aos outros membros da Câmara  
538Técnica de Gestão Territorial e Biomas a tomarem a mesa. Eu pergunto: Nilo, o processo é ouvir os Conselheiros...?  
539Como é que nós podemos...?

540

541 **SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (MMA)** – A Dr.<sup>a</sup> Cynthia de Souza Cardoso está presente? Desculpa, não lhe conhecia.  
542Prazer, seja bem-vinda. Estamos com quorum, então, pela Câmara de Assuntos Jurídicos. De Gestão também?

543

544 **SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Eu só queria perguntar aos demais membros na Câmara  
545Técnica de Gestão Territorial se teriam algumas... Eu acho que vamos abrir o debate agora em cima da apresentação.  
546Todas as pessoas que forem dispor da palavra, que se identificassem, para que fosse colocada na gravação.

547

548A **SR.ª SARA JUAREZ SALES (GOV. MUNICIPAL ÂMBITO NACIONAL)** – Bom, então somente também para me  
549apresentar, eu sou Sara Juarez Sales. Estou aqui como representante da ANAMMA Nacional. Trabalho na prefeitura  
550de Santo André, no estado de São Paulo. Do que eu pude presenciar aqui da apresentação da ZEE, eu fiquei bem  
551pressionada pelo trabalho realizado. Essa inserção do processo participativo na discussão do Zoneamento Ecológico  
552Econômico garante também que a população do Acre esteja realmente entendendo para onde vai direcionar o seu  
553desenvolvimento, para onde eles vão chegar e quais são as possibilidades de desenvolvimento que eles podem ter no  
554estado. Eu, a princípio, salvo algum detalhe que eu gostaria até de escutar o pessoal da Câmara Técnica de Assuntos  
555Jurídicos, eu por enquanto vi com muito bons olhos. Gostei muito da apresentação, gostei muito do trabalho e tenho  
556mais é que parabenizar o trabalho do estado o Acre.

557

558O **SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Mas alguém que gostaria de fazer uso da palavra?

559

560O **SR. MÁRCIO FONTES HIRATA (MDA)** – Pela apresentação do estado do Acre, um pouco que eu já conhecia do  
561zoneamento lá da primeira etapa também, parabenizar pelo trabalho. Eu acho que é um trabalho bastante importante.  
562E só gostaria de fazer o registro que é fundamental a rápida disponibilização da metodologia... Para o zoneamento  
563agrícola, que é base para o seguro da agricultura familiar, o principal problema que nós temos na região amazônica  
564hoje é exatamente ausência do Zoneamento Ecológico Econômico. Você pára em que áreas são agricultáveis, você  
565não tem como fazer o zoneamento. Estados menores, como o Acre, você tem até uma facilidade de zoneamento.  
566Agora, para outros estados, como Pará, Amazonas, por exemplo, você só vai fazer o zoneamento agrícola onde for  
567estritamente necessário. Então, você pode fazer esse zoneamento recortado, o que hoje não é possível para a maioria  
568dos cultivos ainda. Então, só assim dizer que além da questão, obviamente, da importância das informações que já  
569foram disponibilizadas, é fundamental a questão da disponibilização da metodologia. E inclusive avaliarmos sobre a  
570capacidade de replicabilidade em estados maiores. Quer dizer, quando você pega dimensões territoriais maiores do  
571que Rondônia, Acre; quando você pega estados como Pará, e Amazonas, por exemplo, têm dimensões quase  
572continentais em termos de estado.

573

574O **SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – OK. Eu só teria uma pergunta... Um esclarecimento maior  
575na aplicabilidade do art. 16 do, § 5º do Código, no item I, que foi mencionado aqui a respeito da redução da reserva  
576legal de 80 para 50. E eu gostaria de saber qual é a dimensão dessa área, o que comporta essa área... Essa área na  
577aplicabilidade da redução dos 80 para 50. Na questão da recomposição, não é?

578

579O **SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre)** – A zona um, onde está se propondo  
580a redução de 50% para fins de recomposição, corresponde a 25% do território do Acre. Desse 25%, cerca de 55%  
581ainda está sobre cobertura florestal. E nessa área, a maior parte do desmatamento está concentrada no sudeste  
582acriano. Então, essa é a nossa área para realmente consolidação da área que já está ocupada. É uma área que está  
583ocupada há mais de 30 anos. Começou na década de 70 com os grandes projetos pecuários. Então, essa é a nossa  
584área crítica, realmente, para nós trabalharmos a regularização do passivo. Então, esse é o quantitativo que nós temos  
585na zona um. É, ainda está com cobertura florestal. E essa permanece reserva legal com 80%. A redução para 50% é  
586para fins de recomposição. Agora a reserva... Não para conversão, é para recomposição.

587

588O **SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – E dentro da área... Eu vi que o grande ingrediente de uso  
589do solo é a pastagem. Qual é o déficit de reserva legal, justamente no cumprimento do Código a respeito de  
590averbação, etc.? E eu gostaria também, se pudesse me dizer alguma coisa, dentro do procedimento do órgão  
591ambiental sobre o licenciamento da atividade agrícola, do cadastramento ambiental. Isso já está em prática, é uma  
592intenção? Eu gostaria que você pudesse nos dar maiores explicações a respeito.

593

594O **SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre)** – Dentro da lei do zoneamento, a  
595criação do Programa de Regularização do Passivo prevê como parte básica e a parte inicial o georeferenciamento das  
596propriedades, que é o cadastramento ambiental. Porque o nosso grande problema é quando nós começamos a  
597detalhar e chega no nível de propriedade. Nós não sabemos exatamente os limites. Então, o procedimento de  
598licenciamento da propriedade rural é condição prévia. No estado do Acre nós fizemos esse detalhamento da evolução  
599do desmatamento. Então, nós temos o desmatamento ano a ano desde 88. Então, nós sabemos exatamente o que foi  
600desmatado até 2000 e o que foi desmatado depois de 2000. Sabemos a estratégia que vai ser, onde que pode ser  
601trabalhado com recomposição, onde vai ter que ser recuperado e onde que pode ser feito com recomposição. Pode  
602ser as duas formas de nós trabalharmos o passivo. E a base para esse trabalho do passivo é a parte de regularização  
603de licenciamento ambiental da propriedade rural. O estado do Acre já tem um sistema, este ano começou a  
604implementar. O nosso grande déficit é que nós não tínhamos uma base de formação, hoje temos uma base de  
605formação que é consistente. A nossa base cartográfica, embora nós estejamos trabalhando o zoneamento numa  
606escala de 1 para 250.000, mas nossa base cartográfica é 1 para 100.000. O estado tem uma base cartográfica de  
607trabalho em nível de propriedade. Então, tem toda uma base de informação para trabalhar o licenciamento da  
608propriedade rural.

609

**610A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (MMA)** – Bom Por princípio, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos sempre se manifesta por último, depois das observações de caráter técnico, finalístico mesmo, das áreas, de modo que nós, eu acho que nas reuniões conjuntas, nós sempre temos conduzido assim. Nós esperamos deliberação da Câmara finalística para depois apreciar. De qualquer modo, eu queria só fazer uma observação do ponto de vista de mérito, no sentido de que a aprovação pela câmara técnica hoje, ela recomenda ao Plenário do CONAMA que possa fazer essa recomendação com um único objetivo, que é reduzir a área de recomposição da reserva legal. Os 50% para fins de recomposição. E nesse aspecto, como é essa a única recomendação que o CONAMA vai indicar enquanto aprovação para esse fim, de se observar que se esse critério é efetivamente adequado, se os pareceres técnicos indicam nesse sentido, e aí, em havendo a recomendação, a Câmara de Assuntos Jurídicos pode apreciar a matéria do ponto de vista eminentemente legal e constitucional.

620

**621O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Diante disso, eu acho que nós temos que construir essa recomendação. Vocês teriam alguma colocação a ser feita? Então, eu acho que podemos partir para...

623

**624A SR<sup>a</sup>. DOMINIQUE LOUETTE (Assessoria Técnica do CONAMA)** – O que eu proponho é que a gente olhe a recomendação que nós fizemos para o ZEE de Rondônia para ter idéia do que foi feito, ver se é isso que as duas câmaras querem fazer novamente agora ou se querem alterar alguma coisa. No caso do ZEE de Rondônia, a recomendação dizia: “O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas na lei 6.938 de 31 de agosto de 81, regulamentada pelo decreto 99.274 de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu regimento interno e considerando o disposto no inciso I, § 5º, do artigo 16 da Lei n 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Medida Provisória n 2.166-67, de 2001, recomenda: Ao Poder Público Federal autorizar a redução, para fins de recomposição, da área de reserva legal para até cinquenta por cento das propriedades situadas na Zona I, conforme definida na Lei Complementar n 233 de 6 de junho de 2000, alterada pela Lei Complementar n 312 de 6 de maio de 2005, no Estado de Rondônia que instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico, Segunda aproximação. 2. Ao Estado de Rondônia, juntamente com as demais instituições governamentais e não governamentais atuantes no Estado, bem como o MMA, implementar as demais cláusulas do acordo de cooperação técnica celebrado entre a União, por intermédio do MMA e o Estado de Rondônia, com a intervenção da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Ambiental, para adequação do ZEE conforme extrato publicado no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2004, sessão 3, página 76. 3. Ao Estado de Rondônia ampliar a divulgação e acesso da proposta do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico para os 52 municípios do Estado, deixando no mínimo uma cópia na prefeitura local, na biblioteca pública, na Câmara de Vereadores e no Órgão de Extensão Rural, empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, em meio digital e/ou impresso”. Então, na verdade naquele caso se fez uma recomendação direta sobre a questão da recomposição, mas também recomendações mais amplas. Então, eu passei para esse documento aqui, na verdade aquele inciso II não se aplicaria ao Acre porque não tem TAC, nesse caso, se aplicaria o I, no caso para a questão de recomposição e o II não sei se se aplicaria porque aparentemente o ZEE do Acre já está sendo bem divulgado. O que eu proponho é que a gente parta dessa base para construir a recomendação sobre o ZEE do Acre.

647

**648O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Eu queria coloca à apreciação dos Conselheiros da Câmara Técnica de Gestão Territorial a respeito dessa recomendação. Se concordam com essa minuta.

650

**651O SR. MÁRCIO FONTES HIRATA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)** – Eu acho que é importantíssimo, mesmo que já esteja sendo feita a divulgação, você ampliar esse processo de divulgação e essa questão das prefeituras municipais, do órgão de extensão rural. O órgão de extensão rural no Acre é uma Secretaria, é Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural, é SEATER Acre, não é EMATER, só para fazer a correção.

655

**656O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Todos concordam?

657

**658O SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre)** – Duas coisas, o Zoneamento é Ecológico Econômico, está Sócio-econômico e Ecológico. A Secretaria é Secretaria de Extensão e Produção Familiar, SEAPROF, mudou agora. Só mais uma questão de esclarecimento, como o Conselheiro fez um indicativo da questão metodológica, se esse Conselho também acatar, seria interessante na recomendação a ampliação e divulgação da metodologia para outros Estados ou outros países que estão trabalhando com a consolidação do zoneamento. Só por fim, com relação à questão do passivo, hoje o Estado do Acre tem 11% de desmatamento, na verdade tem uma condição de ativo florestal, só que é mal distribuído. Então, na área de maior ação antrópica, a gente tem uma situação de passivo, mas se pegar o balanço geral do Estado, nós estamos ainda com ativo com relação a reserva legal.

667

**668A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (MMA)** – Só queria fazer uma observação de redação, o item I diz assim: “Autorizar a redução para fins de recomposição da área de reserva legal para até 50% das propriedades situadas na zona 1”, o

670que significa que metade das propriedades da zona 1 é que poderão ter a redução, por esse texto. Eu acho que  
671poderíamos utilizar a redação do Código Florestal: “para até 50% da propriedade”. Essa lei estadual é uma lei  
672complementar?

673  
674**O SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre) – Não.**  
675

676**A SRª. ANDRÉA VULCANIS (MMA) – É ordinária, não é? É “da reserva legal dos imóveis situados na zona 1,**  
677**conforme definida na lei tal”, tem que passar a lei para depois da zona 1.**

678  
679**O SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre) – Presidente, só mais uma questão,**  
680**com relação à recomendação 2, “ao Estado ampliar a divulgação e acesso”, a gente queria colocar só divulgação,**  
681**porque não é mais acesso à proposta, já é zoneamento, então, “divulgação do zoneamento”.**

682  
683**O SR. ESTEVÃO DEL PRETTE (ZEE) – A idéia principal é o Estado do Acre divulgar, em articulação com a Comissão**  
684**Coordenadora do ZEE do Território Nacional, a metodologia para os demais Estados da Federação.**

685  
686**O SR. MÁRCIO FONTES HIRATA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – E a metodologia para a elaboração**  
687**do zoneamento porque senão pode ficar... A metodologia para a elaboração do...**

688  
689**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL) – Gostaria de consultar os Conselheiros da Câmara Técnica**  
690**de Gestão, se essa redação, aprovamos essa redação? OK? Então, gostaríamos de passar à análise dos**  
691**Conselheiros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para apreciar essa recomendação.**

692  
693**A SRª. ANDRÉA VULCANIS (MMA) – Alguma observação dos Conselheiros?**

694  
695**O SR. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Governo do Estado/São Paulo) – Eu penso que seria**  
696**conveniente tirar esse considerando, esse é o fundamento da recomendação, não é o considerando, ele é o**  
697**fundamento. Põe lá no preâmbulo, depois do decreto 99.274, “e tendo em vista especialmente o disposto no inciso V”.**  
698**Pega esse “e o disposto em seu Regimento Interno”, recorta e põe depois de “medida provisória”. E ali é “autoriza”,**  
699**não é “autorizar”, lá em cima. Então, “recomenda ao Poder Executivo Federal autorizar” pára em Acre ali. Alguma**  
700**coisa a mais? Essa atribuição é específica, não tem nada...**

701  
702**A SRª. ANDRÉA VULCANIS (MMA) – Eu voto por deixar do jeito que está. Os Conselheiros querem opinar?**  
703**Aprovado?**

704  
705**A SRª. MÁRCIA (Sub-procuradora do Estado do Acre) – Sou Procuradora do Estado do Acre. No caso do 1, eu**  
706**queria sugerir que como a gente está fazendo especificamente para o Estado do Acre, parasse ali “excluídos em**  
707**qualquer caso as APPs” porque nós lá não temos ecótono, nós não temos ecossistemas protegidos e isso está no**  
708**Código, de qualquer forma. Como a resolução está especificamente para o Acre, eu sugeriria que a gente parasse em**  
709**APP porque não fica prejudicado porque isso já é regra geral do código, não iria prejudicar, apenas porque essa**  
710**recomendação é exclusiva para o Estado do Acre. Isso não constou, por exemplo, no caso de Rondônia.**

711  
712**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL) – Mas isso não justifica.**

713  
714**A SRª. MÁRCIA (Sub-procuradora do Estado do Acre) – É só que lá não tem ecótono, é específico para o Acre,**  
715**pararia em APP. Como também não ficaria prejudicado os demais porque já tem no Código. Então, de qualquer forma,**  
716**já está lá como regra geral.**

717  
718**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL) – Eu sou da permanência disso, dentro da mesma redação**  
719**do Código.**

720  
721**A SRª. ANDRÉA VULCANIS (MMA) – Eu também. Que não prejudique, porque ele vai ter que cumprir isso de**  
722**qualquer forma mesmo.**

723  
724**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo do Estado/Pernambuco) – Só uma sugestão, aqui no item 1, APP**  
725**por extenso, ao lado.**

726  
727**A SRª. SARA JUAREZ SALES (GOV. MUNICIPAL ÂMBITO NACIONAL) – Sobre a lei que delega as competências**  
728**ao CONAMA, vou seguir aquele jargão, “o que abunda não atrapalha” e por que atrapalharia?**

729

7300 SR. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Governo do Estado/São Paulo) – Porque essa competência  
731 não está na lei 6938.

732

7330 SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA) – Deixa eu consultar aqui não os universitários, mas os  
734 juristas. A dúvida que eu fico ali na competência do CONAMA, claro que para essa matéria em especial não, mas para  
735 baixar recomendação, sim. Então, minha dúvida é porque essa recomendação vai ser referendada por um decreto do  
736 Presidente da República e aí a dúvida é se houver algum tipo de questionamento, por que um decreto está  
737 referendando uma recomendação? É porque o CONAMA é mandatado para recomendar também.

738

739A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (MMA) – A recomendação e as resoluções estão previstas no Regimento, elas decorrem  
740 nesse caso, direto do Código Florestal e o Regimento ficou.

741

7420 SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL) – Podemos dar por concluída, como aprovada essa  
743 recomendação? OK.

744

7450 SR. ROBERTO MONTEIRO (SRH) – A expressão “competências que lhe são conferidas pelo disposto na lei 4771  
746 para o CONAMA”, quer me parecer que o 4771 não estabelecia competências ao CONAMA. Então, a palavra  
747 “competência” fica complicada aí. Se tivesse as competências da 6938, abundando e não prejudicando, no caso o  
748 Conselheiro de São Paulo disse que prejudicaria, mas nesse caso da 4.771 é que eu pergunto se ela define  
749 competência, nesse caso.

750

751A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (MMA) – Define. Ao dizer: “O Poder Executivo, se for indicado pelo Zoneamento,  
752 ouvidos o CONAMA”, então, o Código Florestal atribui uma competência ao CONAMA, específica para esse caso.

753

7540 SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL) – Bom, damos como finalizado. Eu peço licença aos  
755 Conselheiros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, nós temos uma continuidade da reunião da Comissão  
756 Técnica de Gestão Territorial e Biomas e damos por finalizada então essa reunião.

757

758

759A SR<sup>a</sup>. SARA JUAREZ SALES (GOV. MUNICIPAL ÂMBITO NACIONAL) – Só uma colocação que eu acho que  
760 seria, que me foi um componente aqui da Plenária me soprou ao ouvido. Eu acho que seria bacana, mas não sei  
761 como colocar aqui, se o Estado do Acre pudesse também garantir políticas de averbação da reserva legal, de estímulo  
762 à consolidação de programas de uso compatível dessas áreas, que pudesse garantir isso de alguma forma, não sei se  
763 é o caso de colocar na resolução, mas que a gente pudesse promover, estimular essa conservação ambiental e essa  
764 compatibilização de usos.

765

7660 SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre) – Na lei do zoneamento o Governo do  
767 Estado já cria os dois programas, um de regularização do passivo e outro de recuperação de áreas alteradas. Na lei  
768 do zoneamento já está coberto.

769

7700 SR. MÁRCIO FONTES HIRATA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – Só para atender uma solicitação que  
771 tem, na Secretaria de Extensão Rural, para não dar duplicidade: “Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural,  
772 órgão de extensão rural”, só passa para depois, o pessoal está levantando aqui que pode dar duplicidade de  
773 informação, de ser dois órgãos.

774

7750 SR. EUFRAN AMARAL (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre) – Só uma questão de semântica, lá  
776 nós temos o que chamamos de extensão agroflorestal, embora seja uma extensão rural, mas já é voltado para  
777 práticas agroflorestais. Do jeito que já está, “Secretaria de Gestão e Produção Familiar do Estado do Acre”.

778

7790 SR. MÁRCIO FONTES HIRATA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – Mas é o seguinte, vocês já alteraram  
780 de SEATER, antes era EMATER. O Estado do Acre altera o seu órgão de extensão e nós temos uma Coordenação  
781 Nacional de Sistemas de Extensão Rural, vocês podem apelidar de Extensão Agroflorestal, mas oficialmente a Política  
782 Nacional e as suas vinculadas são os Órgãos Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

783

784A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (MMA) – No item 3: “divulgar a metodologia de elaboração do ZEE para os demais entes  
785 federados”.

786

7870 SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL) – Eu convidaria os membros da Câmara Técnica de Gestão  
788 Territorial, para que nós pudéssemos ir para a sala, nós temos uma pauta cumprida.

789

790

**FIM DA REUNIÃO CONJUNTA**